

# EMERGÊNCIA DA PSICOLOGIA E O SURGIMENTO DA FENOMENOLOGIA: RELAÇÕES HISTÓRICO-INSTITUCIONAIS E TENSÕES EPISTEMOLÓGICAS

10.62506/phs.v7i1.348

The Emergence of Psychology and the Rise of Phenomenology: Historical-  
Institutional Relations and Epistemological Tensions

EDUARDO LUIS CORMANICH\*  
GUSTAVO ARJA CASTAÑON\*\*

El surgimiento de la psicología y el auge de la fenomenología: relaciones  
histórico-institucionales y tensiones epistemológicas

**Resumo:** O artigo analisa as relações históricas, epistemológicas e institucionais entre a emergência da Psicologia como disciplina científica autônoma e o surgimento da Fenomenologia, sobretudo a partir da obra inicial de Edmund Husserl. Parte-se do contexto das reformas educacionais alemãs do século XIX e da progressiva institucionalização da Psicologia nas universidades, destacando as tensões decorrentes de sua separação da Filosofia. O estudo examina as disputas acadêmicas e teóricas que marcaram esse processo — incluindo debates sobre psicologismo, legitimidade científica e conflitos institucionais, como a Querela da Cátedra de Marburg — evidenciando a proximidade e o antagonismo entre filósofos e psicólogos. Argumenta-se que a Fenomenologia não surgiu isoladamente, mas em diálogo crítico com a consolidação da Psicologia experimental e com as transformações universitárias da época. Como conclusão, demonstra-se que as duas áreas se constituíram em relação recíproca, compartilhando contextos institucionais e problemas epistemológicos comuns. O estudo também aponta limites decorrentes do recorte histórico-documental adotado e sugere investigações futuras comparativas, ampliando análises para outros contextos nacionais e para desdobramentos contemporâneos das relações entre Psicologia e Fenomenologia.

**Palavras-Chave:** História da Psicologia; Fenomenologia; Epistemologia das Ciências Humanas; Filosofia da Psicologia; Institucionalização das Disciplinas Científicas.

**Abstract:** This article examines the historical, epistemological, and institutional relations between the emergence of Psychology as an autonomous scientific discipline and the rise of Phenomenology, particularly in the early work of Edmund Husserl. The analysis begins with the nineteenth-century German educational reforms and the progressive institutionalization of Psychology within universities, highlighting the tensions generated by its separation from Philosophy. The study explores academic and theoretical disputes surrounding psychologism, scientific legitimacy, and institutional conflicts — including the Marburg Chair controversy — revealing both proximity and antagonism between philosophers and psychologists. It argues that Phenomenology did not emerge in isolation but developed through a critical dialogue with experimental Psychology and broader transformations in the German academic system. The conclusions indicate that both fields were historically co-constituted through shared institutional environments and epistemological challenges. The article also acknowledges limitations related to its historical-documentary scope and proposes future comparative research extending the analysis to other national contexts and to contemporary developments in the relationship between Psychology and Phenomenology.

**Keywords:** History of Psychology; Phenomenology; Epistemology of the Human Sciences; Philosophy of Psychology; Institutionalization of Scientific Disciplines.

**Resumen:** Este artículo analiza las relaciones históricas, epistemológicas e institucionales entre el surgimiento de la Psicología como disciplina científica autónoma y el auge de la Fenomenología, en particular a partir de la obra temprana de Edmund Husserl. Comienza con el contexto de las reformas educativas alemanas del siglo XIX y la progresiva institucionalización de la Psicología en las universidades, destacando las tensiones derivadas de su separación de la Filosofía. El estudio examina las disputas académicas y teóricas que marcaron este proceso — incluyendo debates sobre psicologismo, legitimidad científica y conflictos institucionales como la Controversia de la Cátedra de Marburgo—, evidenciando la proximidad y el antagonismo entre filósofos y psicólogos. Argumenta que la Fenomenología no surgió de forma aislada, sino en un diálogo crítico con la consolidación de la Psicología experimental y las transformaciones universitarias de la época. En conclusión, demuestra que ambas áreas se constituyeron en una relación recíproca, compartiendo contextos institucionales y problemas epistemológicos comunes. El estudio también señala las limitaciones derivadas del enfoque histórico-documental adoptado y sugiere futuras investigaciones comparativas, ampliando los análisis a otros contextos nacionales y a los desarrollos contemporáneos en las relaciones entre Psicología y Fenomenología.

**Palabras clave:** Historia de la Psicología; Fenomenología; Epistemología de las Ciencias Humanas; Filosofía de la Psicología; Institucionalización de las Disciplinas Científicas.

\* Universidade Federal de Roraima (UFRR). E-mail: eduardo.cormanich@ufrr.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0788-3649>

\*\* Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: gustavocastanon@hotmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2979-7995>



## Introdução

Neste artigo, abordaremos a Psicologia como disciplina acadêmica e escolar na Alemanha, destacando sua ligação direta com as reformas educacionais, notadamente no cenário prussiano do início do século XIX. A Fenomenologia, por sua vez, será examinada a partir dos primeiros escritos de Edmund Husserl, com ênfase no seu desenvolvimento em reação ao surgimento da Psicologia e ao consequente psicologismo. Será dada atenção especial ao momento em que a Psicologia buscou se estabelecer como disciplina autônoma, separada da Filosofia, o que gerou intensas tensões teóricas e acadêmicas na transição do século XIX para o XX. Portanto, o presente artigo busca descrever, de maneira histórica e teórica, os seguintes pontos:

- a) As possíveis conexões entre o surgimento da Psicologia como ciência autônoma e o nascimento da Fenomenologia de Edmund Husserl;
- b) O contexto de proximidade (geográfica e teórica) e a disputa de interesses entre filósofos e psicólogos, evidenciado pela crise de legitimidade em algumas universidades alemãs, a qual culminou na célebre “Querela da Cátedra de Malburg” e;
- c) As relações subjacentes que motivaram a criação e o desenvolvimento da Fenomenologia por Husserl, em resposta às consequências da emancipação da Psicologia da Filosofia no início do século XX, momento simbolizado, sobretudo, pela publicação da “carta de divórcio” de W. Wundt (Wundt, 1913) entre as duas disciplinas.

A descrição do contexto histórico e acadêmico alemão, na transição dos séculos XIX para o XX visa esclarecer as profundas conexões entre as emergentes disciplinas da Psicologia e da Fenomenologia. Buscaremos demonstrar que essa relação transcende a mera contemporaneidade, localização geográfica ou acaso. Trata-se, na verdade, de uma ligação essencial e mutuamente esclarecedora. Com este artigo, almejamos também estimular mais pesquisas que resgatem a base epistemológica e fundamental da relação entre Fenomenologia e Psicologia, uma conexão que se estabelece desde o surgimento de ambas as disciplinas e não se limita apenas à prática clínica ou psicoterápica atual.

Para compreendermos o surgimento da Psicologia como uma pretensa ciência em 1879, através da fundação do primeiro laboratório experimental de Psicologia e do primeiro Instituto de Psicologia na Universidade de Leipzig por Wilhelm Wundt, será necessário remontar alguns elementos que propiciaram e favoreceram o surgimento deste projeto no cenário alemão do final do século XIX. Não é possível falar de Psicologia sem mencionar seu passado como uma disciplina filosófica, e tão pouco é possível falar da relação da psicologia com a filosofia sem mencionarmos como esta ciência recebeu um papel de destaque na formação acadêmica como um todo no projeto de reforma educacional promovido nos estados alemães durante o século XIX. Este projeto está profundamente ligado ao projeto de nação conduzida por ideais liberais e humanistas, tendo como pano de fundo a ideia de uma nação moderna, progressista e, de certa maneira, vanguardista na Europa. Se o adágio bem conhecido de Ebbinghaus a respeito da psicologia diz que esta é uma disciplina de um “passado muito longo, mas de uma curta história”<sup>1</sup>; é verdade também que pouquíssimos conhecem a respeito do longo passado desta disciplina, principalmente no que diz respeito à relação da psicologia com a filosofia e, em específico, dentro do cenário alemão da segunda metade do século XIX. Portanto, buscaremos aqui traçar uma relação histórica entre a psicologia e a filosofia, em específico a relação que tem seu início na reforma educacional promovida por Humboldt<sup>2</sup> e o lugar dado a esta para a psicologia, a qual culminou na necessidade de se criar Institutos especializados para esta nova ciência. Ao descrevermos o surgimento da psicologia, buscaremos, igualmente, explicitar como o surgimento da Psicologia neste cenário está indissociado da proposta da Fenomenologia de Edmund Husserl, e como este nascente ramo da filosofia foi uma resposta direta às questões trazidas pelo surgimento da psicologia, como ciência, no cenário acadêmico alemão do final do século XIX.

Para compreendermos o contexto do surgimento da psicologia, será necessário retomar alguns elementos históricos e políticos, como aqueles acima elencado, a saber, as diversas reformas ocorridas, inicialmente no Reino da Prússia, no início do século XIX e como estas, aos poucos, foram sendo inseridas nos demais reinos pertencentes à Confederação Alemã até a unificação destes no atual Estado Alemão, o qual seria apenas concluído em 1871, portanto, oito anos antes da criação do instituto e laboratório de Wundt. As reformas que pretendiam reformular as diversas instâncias do Estado também atingiram a própria educação e tiveram impacto direto na forma como o conteúdo filosófico foi elevado a prioridade. Tais ideais, por sua vez, têm sua origem no *Aufklärung*, a versão alemã do Iluminismo francês. Enquanto os ideais iluministas foram rechaçados inicialmente pelas universidades francesas, nas universidades alemãs, ao contrário, tiveram um campo fértil para se desenvolver, ajudados principalmente pelos ideais reformistas. Cabe ressaltar que, neste contexto, a redescoberta da psicologia pelos intelectuais alemães foi ao encontro dos interesses daqueles que buscavam

<sup>1</sup> Ebbinghaus, 1908

<sup>2</sup> Wilhelm von Humboldt (1767–1835), linguista, diplomata e filósofo, irmão do famoso naturalista Alexander von Humboldt. Fundador da Universidade de Berlim (1810), idealizador do “modelo humboldtiano” de ensino superior e reformador do sistema escolar prussiano.



reunir diversos conhecimentos dispersos como por exemplo a caracterologia, a fisiognomia, a memória e a percepção ótica em um único campo de estudo que passou a ser chamado de *Psychologia*<sup>3</sup> conforme nos aponta Gundlach (2012). Ainda em meados do século XVIII, Christian Wolff (1679-1754) buscou estabelecer alguma organização desse campo nascente, publicando os manuais de *Psychologia empirica* (Wolff, 1732) e *Psychologia rationalis* (Wolff, 1734). Nestes tratados, Wolff já descrevia a necessidade da elaboração de uma *psychometria*, ou seja, de um conjunto de métodos que possibilitassem a medição dos fenômenos mentais para, por sua vez, adequar este novo campo do conhecimento às exigências de padrões científicos defendidos já à época por Isaac Newton e Galileu Galilei. Nos anos iniciais do século XIX, a psicologia se tornará um assunto de interesse acadêmico e público, tendo afetado por isso mesmo não só os estudos acadêmicos como também a própria literatura, em especial o Romantismo Alemão, como ressalta Bell (2005):

Durante o século XVIII e início do século XIX na Alemanha, a psicologia cresceu de um ramo menor da doutrina filosófica para um dos pilares centrais da cultura intelectual. No processo, a base evidencial, a estrutura teórica, as formas de articulação e o status da psicologia, tanto como disciplina científica quanto como fenômeno cultural, assumiram uma forma reconhecidamente moderna. Tornou-se um elemento fixo nos currículos das universidades alemãs, um assunto em debate público e acadêmico e um fenômeno de publicação popular, com coleções de histórias de casos, periódicos e histórias de vida factuais e ficcionais aparecendo em números cada vez maiores (p. 1, tradução nossa).

Esse crescente interesse pela Psicologia no cenário alemão do início do século XIX, inicialmente teve a forma da abertura à discussão de diversos temas relacionados aos aspectos subjetivos humanos, para depois se tornar uma espécie de grande área do conhecimento que reunia diversos tipos de saberes desconectados entre si. Isso tornou este “novo” campo, o grande interesse daqueles que buscavam refundar o próprio projeto de estado-nação. A psicologia passou então a ser utilizada como uma parte fundamental da reforma educacional humboldtiana, e foi incluída como parte integrante do currículo das escolas e universidades, como veremos a seguir. É importante ressaltar, porém, que a própria criação da disciplina de psicologia se deve às características específicas pelas quais os ideais iluministas chegaram nas universidades alemãs. Como aponta Gundlach (2012)

A reorganização das universidades alemãs não foi tão drástica quanto na França, onde as universidades foram abolidas durante a Revolução. Mas as reformas na Alemanha tiveram consequências significativas para a Faculdade de Filosofia e para a psicologia. Nós assistimos à criação de uma disciplina com o nome de psicologia (p. 140).

É relevante ressaltar, portanto, a importância que teve a criação de uma nova disciplina com o nome de Psicologia, no contexto acadêmico e educacional alemão. Na verdade, apenas analisando sob este prisma, ou seja, sobre a importância que a institucionalização que a Psicologia recebeu neste cenário, é o que torna possível a compreensão das razões do primeiro laboratório e do primeiro Instituto de Psicologia terem florescido em terras germânicas. Paralelamente, a formulação da própria Fenomenologia traz, em seu bojo, circunstâncias que coincidem com a criação destes espaços institucionais, como buscaremos demonstrar a seguir.

## **A Gênese das Reformas Educacionais de Humboldt e o Ideal do *Bildung***

Em uma Europa já devastada pelas Guerras Napoleônicas, no início do século XIX, um grupo de intelectuais em Berlim, capital da Prússia, planejava o “renascimento cultural alemão” (Steiner, 2015). Este grupo era encabeçado pelo ministro da educação prussiano, nomeado em 1809, Wilhelm von Humboldt, o qual ficou mundialmente famoso pela verdadeira revolução promovida no modelo educacional que, posteriormente, seria exportado para todo o mundo. Conforme assinala Steiner:

Educar uma nova geração de cidadãos informados e engajados politicamente mais do que sujeitos obedientes, tornou-se o principal objetivo das reformas educacionais prussianas, as quais foram encabeçadas pelo polímata e diplomata Wilhelm von Humboldt que se tornou ministro da educação em 1809. Essas reformas, que aconteceram durante as guerras napoleônicas, testemunharam ao mundo que, apesar da derrota militar e da ocupação, o espírito alemão permaneceu intacto. Assim, enquanto a coalizão anti-napoleônica planejava rechaços militares, um grupo de intelectuais em Berlim, incluindo Wilhelm von Humboldt, Fichte, Friedrich Schleiermacher e vários outros, planejavam um renascimento cultural alemão. Eles viam a Prússia e a Alemanha, por analogia com a Grécia, como a pátria da filosofia e da cultura, e acreditavam que fomentar o espírito de livre investigação entre os jovens era a chave para criar cida-

<sup>3</sup> Esta nomenclatura é uma adaptação neolatina no termo original em grego *ψυχολογία*. A ênfase no uso de termos originalmente gregos não é meramente ao acaso. A tentativa de evitar termos latinos demonstrava uma intenção de se afastar do latim tradicionalmente associado às igrejas cristãs.



dãos genuínos (2015, p. 453).

A ideia iluminista de educação (*Erziehung*), tanto do indivíduo quanto da humanidade, foi reinterpretada como um processo natural, intrinsecamente ligado à evolução linguística e cognitiva da consciência. Humboldt e seus seguidores introduziram um novo ideal de autoformação, conhecido como *Bildung*. Esse conceito passou a representar o desenvolvimento integral da mente e do espírito por meio do domínio de línguas — tanto a materna quanto das línguas clássicas e estrangeiras — e do aprofundamento em diversas culturas. Essa nova visão de autoformação exerceu uma influência duradoura no futuro das humanidades, não só na Alemanha, mas em todo o Ocidente. Além disso, essa perspectiva inovadora das humanidades deu origem a uma nova concepção de universidade, redefinindo também o papel da educação pública como um todo.

Estas reformas tinham como propósito uma modernização do Estado, reformando, principalmente, estruturas arcaicas que possuíam e mantinham privilégios ligados a oligarquias e famílias tradicionais dentro da monarquia alemã. Existia um temor que alguns ideais da Revolução Francesa, ainda em curso, pudessem transpor o Reno e chegar às terras alemãs. Assim, uma forma de contrapor a crescente crítica às estruturas medievais oligárquicas seria a promoção de uma reforma em toda a estrutura do Estado, principalmente na Prússia, o principal reino da Confederação Alemã. Por esse motivo, eles (a aristocracia prussiana) haviam determinado que a “revolução” deveria vir de cima, controlada e canalizada pela burocracia, para que o Estado pudesse ser imunizado contra uma revolução vinda de baixo. Seria uma revolução baseada no primado da lei, na aplicação do raciocínio lógico e no interesse pelo bem do Estado. Um governo monárquico receberia um grau de legitimidade popular para evitar os horrores da democracia revolucionária e um reinado de terror.

Vale ressaltar que a reforma educacional também tinha como objetivo o combate a uma aristocracia presente também no ensino, a qual era caracterizada por um ensino rígido e conservador, muitas vezes ligado às instituições religiosas, que detinham boa parte da gerência das escolas e Universidades. O objetivo dos reformadores era o de garantir o amplo acesso da população ao ensino superior, buscando, para isso, um esforço que envolvia a fundação de novas universidades, e a reformulação das antigas universidades, sob os moldes humanísticos, e a mudança dos seus currículos, através do ensino obrigatório de filosofia, a todos os cursos das universidades. Esta foi uma resposta ao modelo educacional que vigorou durante as monarquias absolutistas que, após as Guerras Napoleônicas, ocorridas no início do século XIX, deixaram como legado as grandes inspirações dos filósofos e pensadores do Iluminismo. Uma vez que fosse possível garantir o acesso universal da população em geral à educação de qualidade, através da formação educacional básica de qualidade, Humboldt e seus correligionários, inspirados pelas revoluções protagonizadas pela França, acreditavam que assim poderiam assegurar uma sociedade mais igualitária e progressista, e mais adaptada ao novo modelo de estado-nação que estava surgindo na Europa. Modelo este que se tornou vigente, mesmo após o Congresso de Viena (1814-1815), o qual, basicamente, reconfigurou todo o cenário europeu após a derrota das tropas francesas, mas que, no longo prazo, levou diversos governos antes absolutistas a flexibilizarem suas condutas. Com o reino da Prússia não foi diferente. Humboldt conseguiu convencer diversos outros intelectuais da época e o próprio rei Guilherme I a levar adiante suas ideias reformistas também ao campo da educação fundamental.

Segundo Kitchen, essas ideias refletiam uma resposta aos ideais revolucionários e, principalmente, foram influenciados pelas ideias do Iluminismo. Entre alguns dos princípios destes reformadores, o autor destaca que:

A administração seria racionalizada e carreiras seriam abertas às pessoas talentosas. A economia seria libertada dos grilhões do passado, e o Manchesterismo<sup>4</sup> seria o seu princípio norteador. O exército seria reformado, com as promoções baseadas no talento e não no status social. A sociedade seria libertada das restrições e desigualdades da antiga ordem. Haveria uma total igualdade diante da lei. O poder criativo das pessoas seria dedicado a uma causa comum (Kitchen, 2013, p. 36).

Durante este período, também a estrutura educacional das universidades alemãs passou por profundas reformas, especialmente sob a liderança da Prússia. O impacto das Guerras Napoleônicas e a subsequente reorganização política dos estados alemães, deram início a uma série de mudanças que transformariam não só os diversos reinos alemães, sua estrutura burocrática e suas políticas, mas também todo sistema de ensino, incluindo o ensino das escolas e das universidades alemãs.

Antes das reformas, a educação universitária alemã era elitista e voltada predominantemente para as classes mais altas, com um foco na formação de teólogos, advogados e médicos. No entanto, sob a influência de figuras como Humboldt, o modelo universitário começou a mudar para se alinhar mais com a ideia de *Bildung*, ou formação humana integral. Esse espírito de inovação, já estava presente como forma de crítica feita por outros pensadores, como o próprio filósofo Immanuel Kant que, em 1798, chegou a publicar um ensaio denominado “A Disputa das Faculdades”<sup>5</sup>, no qual buscava evidenciar as fragilidades do sistema educacional tradicional, e buscava realçar a importância da filosofia na formação humanista e cultural do “homem livre”. Segun-

<sup>4</sup> O Manchesterismo (ou Escola de Manchester/Capitalismo de Manchester) é uma doutrina econômica e política surgida no início do século XIX, que defendia o liberalismo econômico radical, o livre comércio (livre-câmbio) e a não interferência do Estado na economia.

<sup>5</sup> “Der Streit der Fakultäten”, ensaio de 1798.



do Steiner (2015), para Kant, “apenas a faculdade de filosofia ensinava aos alunos simplesmente como exercitar suas capacidades racionais e defendia sua autonomia pessoal” (p. 455). Esse era o espírito que animava os reformadores, que buscavam transformar as universidades alemãs em pólo do pensamento livre. Ainda conforme Steiner (2015), ao comentar o pensamento do filósofo alemão Johann Gottlieb Fichte (1762-1814), dirá que

Ecoando o ensaio de Kant “O Concurso de Faculdades”, ele [Fichte] argumenta que a filosofia deve se tornar a disciplina principal em uma universidade moderna, porque a principal função da universidade é ensinar os alunos a se engajar na busca autoguiada da sabedoria. Esse cenário liberal concebe a universidade como um pódio onde artistas-filósofos se apresentam diante de um grupo de iniciados, demonstrando a eles o que significa pensar com nitidez e beleza ao mesmo tempo (p. 459).<sup>6</sup>

Portanto, a nova visão que Humboldt defendia para as Universidades não apenas tinha como propósito a transmissão de conhecimentos técnicos, mas o desenvolvimento completo do indivíduo, com uma forte ênfase na filosofia, nas ciências humanas e na liberdade acadêmica. A reforma educacional planejada por estes intelectuais pretendia não apenas atingir os estudantes, mas toda a sociedade alemã (que, neste momento, ainda não existia como unidade nacional). Nessa mesma esteira, esse grupo visionário acreditava que a guerra contra um “inimigo em comum”, a França Napoleônica, era a ocasião ideal para promover suas mudanças educacionais, ao mesmo tempo em que os atores políticos buscavam promover a unidade do povo alemão sob um mesmo reinado. Este componente político e o receio de que os ideais revolucionários pudessem atingir os reinos alemães foi fundamental para impulsionar estas e outras reformas que culminaram em sua unificação. Como a força motriz por trás das reformas era libertar a Prússia dos franceses, as reformas visavam fortalecer sentimentos patrióticos e nacionalistas, subordinando assim mais ainda as liberdades individuais a uma causa comum.

Humboldt acreditava que a educação superior deveria ser construída sobre três pilares: a união entre pesquisa e ensino, a autonomia acadêmica e a liberdade intelectual. Esse modelo humanístico se afastava de uma educação meramente utilitária, promovendo uma abordagem que valorizava o questionamento crítico, a pesquisa original e a busca pelo saber puro (Östling, 2020). As universidades alemãs passaram a ser conhecidas por promover o ideal de *Wissenschaft*, o conceito de ciência enquanto investigação rigorosa e sistemática do mundo natural e humano. Ainda segundo Östling (2020), a ideia de ciência e pesquisa foi uma pedra angular na concepção do novo ideal de universidade. Segundo este autor, Humboldt sustentava que a universidade deveria ser um lugar onde a ciência e a erudição no seu sentido mais profundo, extenso e puro tivessem a sua morada. Dessa forma, a universidade seria um lugar não apenas de obtenção do conhecimento, mas o lugar mais do que privilegiado no qual as ideias novas, o pensamento e novas pesquisas seriam incentivadas e teriam seu espaço reservado para acontecerem. Neste sentido, o ideário humboldtiano enfatiza que é apenas a ciência e o conhecimento que se origina dentro das pessoas que podem moldar o caráter, e que deve ser o objetivo tanto do Estado quanto da humanidade produzir caráter e ação, e não apenas conhecimento superficial.

Tais investigações ocorreriam na universidade, na qual Humboldt e seus colegas reformadores buscaram transformar de uma instituição escolástica onde várias gerações de estudantes aprendiam os mesmos assuntos canônicos nas mesmas interpretações aprovadas pelas autoridades eclesiásticas e seculares, para uma universidade moderna onde o ensino é baseado em pesquisas contemporâneas e promove pesquisas avançadas. (Steiner, 2015, p. 454)

Segundo Kitchen (2013), os reformadores se inspiravam, igualmente, no elevado conceito de Kant dos direitos e obrigações individuais, e do interesse pessoal fundamentado. Assim, a reforma educacional não apenas reestruturava quem tinha o acesso à universidade, modificando, por exemplo, como veremos, o processo de ingresso nela, mas também tinha como objetivo uma profunda transformação da própria educação em si, que passava de uma mera estrutura formadora de novos trabalhadores, para novos cidadãos livres pensadores, autônomos e responsáveis, conforme o ideal kantiano. Ainda conforme Kitchen:

O cidadão, como indivíduo, atingiria a maioridade, atingiria o seu pleno potencial, livre das restrições de uma sociedade hierárquica, livre para desenvolver os seus próprios talentos e suas habilidades, livre para contribuir para o bem comum. O absolutismo iluminado do antigo regime seria substituído pelo absolutismo esclarecido do eu, que residia no coração do humanismo liberal da era burguesa (2013, p. 36).

O grupo de Humboldt planejou e fundou, em 1809, a Universidade de Berlim, que já trazia em sua estrutura curricular e hierárquica toda a proposta reformista destes humanistas. “Humboldt imaginou uma universidade como um lugar onde cada aluno poderia embarcar em uma busca intelectual independente, realizando suas potencialidades únicas” (Steiner, 2015, 460). A Universidade de Berlim representava um novo modelo de academia que tinha como sua principal característica a valorização da formação humanística, representada

<sup>6</sup> Como veremos adiante, o propósito de elevar o valor do papel da filosofia será determinante para a criação e o surgimento da própria psicologia que, neste primeiro momento é compreendida como uma disciplina filosófica.



pela valorização do currículo da Filosofia e das Artes, somada à valorização e o investimento em pesquisas. A faculdade de Filosofia e Artes (entre as outras faculdades de Medicina, Direito e Teologia) passou a fazer parte integrante dos currículos dos demais cursos oferecidos pela Universidade. Em outras palavras, todos os acadêmicos, das mais diversas áreas e dos mais diversos cursos, deveriam passar por disciplinas ministradas pela Faculdade de Filosofia e Artes. Estas exigências correspondiam aos ideais humanistas, como citados acima, e faziam referências diretas ao pensamento filosófico de Immanuel Kant, o qual defendia que uma adequada educação, voltada para o correto uso da liberdade e da razão, traria progresso para toda a humanidade, e consequentemente, correspondia aos ideais liberais e românticos, presentes no projeto da unificação alemã.

Outro importante ponto a se destacar, assim, como já dito acima, a reforma educacional promovida por Humboldt e seus colegas não apenas visava o ensino superior, mas objetivava a mudança de todo o sistema educacional. Como lembra Steiner (2015): “A reforma universitária, entretanto, foi apenas uma das mais audaciosas e internacionalmente visíveis partes das reformas e transformou todo o sistema educacional estatal, incluindo os Ginásios, ensino elementar e secundário” (p. 454).

Assim, a reforma do sistema educacional prussiano realizada durante o mandato de Humboldt como ministro também incluiu uma reorganização das escolas secundárias e do *Gymnasium*<sup>7</sup>. Neste contexto, o filósofo Fichte já abordava em suas palestras o papel da reforma que compreendia todo o sistema educacional prussiano começando com as escolas elementares e terminando com as universidades. Esclarece-nos Steiner (2015) que

Assim como Pestalozzi, Fichte acredita que o objetivo principal da educação é construir o caráter de uma criança e garantir que o amor pelo aprendizado e a vontade de criar, quando a criança crescer, se transformem em traços de caráter estáveis. Como o próprio Fichte colocou a nova educação, de fato, visa especial e diretamente apenas estimular a atividade mental regular e progressiva. O conhecimento resulta apenas incidentalmente e como uma consequência inevitável. (p. 459)

O próprio Humboldt e seus colaboradores, incluindo F.A. Wolf, Johannes Schulze e Johann Wilhelm Sövern, procuraram reformar o *Gymnasium* de forma a colocar maior ênfase nas línguas e literaturas clássicas. Neste sentido, a busca por uma renovação no ensino e, particularmente no ensino básico e fundamental, foi, como definiu Gundlach (2012), um dos principais fatores a promover a inserção da psicologia como disciplina do currículo secundarista. Esse novo modelo de educação teve impactos diretos na maneira como disciplinas como a psicologia foram incorporadas ao currículo acadêmico. Embora a psicologia ainda estivesse profundamente ligada à filosofia e à teologia, as reformas educacionais permitiram que ela começasse a se destacar como uma área de estudo separada, embora fosse ainda marginalizada em relação às ciências naturais estabelecidas, como a física e a biologia.

## **A Institucionalização da Psicologia no Contexto da Reforma Educacional Alemã**

Antes de prosseguirmos com a análise do surgimento da disciplina psicológica, se faz mister igualmente realçar a mudança ocorrida dentro do espaço acadêmico das universidades alemãs. Sobre isso, vale a pena lembrar que a grande maioria das universidades fundadas ainda na Idade Média (entre os séculos XIII e XV) possuía uma estrutura bastante rígida e tradicional. Eram formadas geralmente de quatro faculdades que formavam seus pilares: Teologia, Direito, Medicina e Filosofia. Esta última era reconhecida como uma propedêutica para as demais e não era considerada como formadora de nenhuma profissão em si. Dito de outra forma, passavam pela Faculdade de Filosofia todos aqueles que seguiam carreiras tanto no clero, como nas áreas do direito ou medicina. As faculdades de Filosofia, antes das reformas educacionais da Prússia, tinham, portanto, pouca proeminência, e, invariavelmente, recebiam, por isso mesmo, poucos recursos financeiros.

Aqui cabe ressaltar que, como o projeto reformador educacional previu uma maior intensificação na formação do pensamento reflexivo e na formação humanística, a faculdade de Filosofia começou a receber uma revalorização de seu papel dentro das próprias estruturas das universidades alemãs. Como já dito anteriormente, essas medidas já eram defendidas por diversos outros pensadores como Kant e Fichte, porém é só neste contexto político e acadêmico específico das reformas educacionais que foi possível levar a cabo tais intentos. As faculdades de Filosofia, neste novo contexto, receberam uma particular função, qual seja, a de formar os futuros professores ginasiais, os quais, por sua vez, estariam encarregados de formar os futuros estudantes universitários. Foi exatamente por esta faculdade ter se tornado o centro de formação de professores, que a Psicologia encontrou um espaço fecundo e oportuno para crescer, junto, inicialmente, às faculdades de Filosofia dentro da estrutura organizacional das universidades alemãs.

Conforme já fora dito anteriormente, a reforma "humanista" teve repercussão nos níveis educacionais anteriores ao ensino superior, e a mais notável delas foi a criação do *Gymnasium*, cuja principal função era preparar seus alunos para a entrada na universidade através da obtenção de um diploma (o *Abitur*). O *Abitur* certi-

<sup>7</sup> *Gymnasium* foi o nome dado às instituições que promoviam uma preparação para as Universidades. Podemos considerar algo análogo ao Ensino Médio atual no Brasil. A inovação trazida por esta instituição foi revolucionária, pois buscava dar um ensino preparatório de qualidade e acessível a todos, sem distinção de classes, a fim de universalizar o acesso às Universidades.



ficava o aluno e possibilitava o ingresso deste em qualquer universidade alemã. Esta foi uma forma de tornar o acesso às universidades mais abrangente, de forma a tornar todo e qualquer jovem alemão, que tivesse suas competências selecionadas pelo *Gymnasium*, apto para se tornar um estudante universitário. Essa padronização dos currículos do ensino médio irá influenciar diretamente a formação dos futuros professores ginasiais, os quais passaram também a ser submetidos a avaliações padronizadas, através de currículos pré-determinados pelos próprios agentes públicos. Como ressalta Gundlach (2006):

Os exames eram aplicados nas universidades por professores universitários, porém de acordo com leis estatais e sob a supervisão de um comitê de representantes do estado. Assim, o estado legislava segundo suas necessidades e controlava o acesso a um grande número de profissões importantes, que agora ganhavam mais uma categoria. (p. 69, tradução nossa)

Desta forma, o representante estatal para a educação era capaz de controlar tanto o acesso às universidades, ao regular o que seria cobrado no exame que conferia o *Abitur*, como era também o responsável por ditar quais seriam os assuntos que constituiriam os exames a serem aplicados aos futuros educadores ginasiais. Essa foi a fórmula encontrada pelos reformadores para garantir que tanto estudantes dos *Gymnasiums* como seus professores, tivessem sua formação em um mesmo tipo de currículo estatalmente controlado. É neste contexto, de obrigatoriedades de conteúdo a serem ministrados nos cursos ginasiais que a Psicologia entra “em cena”, conforme também descreve Gundlach:

Os aspirantes a professor do *Gymnasium*, tinham que provar seu domínio em assuntos que eles iriam ensinar, mas também de outros assuntos considerados indispensáveis para sua futura profissão. Entre esses estavam a ética, psicologia e pedagogia, esta última geralmente considerada como sendo baseada nas outras duas. (2012, p. 141)

Nas avaliações que habilitavam o estudante ginasial a receber o *Abitur*, ganharam destaque dois assuntos que deveriam compor a disciplina de filosofia, a saber: a lógica e a psicologia. Nesse momento, a psicologia ainda era composta de diversos conhecimentos dispersos que, *grosso modo*, poderiam ser considerados dentro do escopo da filosofia. Esta padronização da formação dos estudantes do *Gymnasium* foi realizada através de um decreto ministerial de 1825, o qual, inclusive, especificava tópicos a serem tratados durante as aulas de psicologia, como “sensações a partir dos sentidos externos, a faculdade imaginativa, a memória e outras faculdades mentais; a associação de ideias; a diferença entre ideia, pensamento e conceitos, etc.” (Neugebauer, 1835, p. 122). O edito ministerial fora realizado após consultas aos mais eminentes filósofos prussianos da época, a saber, Hegel e Herbart, que foram unânimes em sugerir a adoção da disciplina psicológica entre os estudantes do *Gymnasium*, como uma espécie de disciplina propedêutica à filosofia.

Esta escolha pela inclusão da disciplina de psicologia nos currículos dos alunos secundaristas do *Gymnasium* refletia os ideais daquela mesma reforma educacional promovida por Humboldt e seus correligionários. A inclusão da psicologia como uma temática própria deste círculo educacional evidenciava a proposta de uma busca pela transformação do pensamento e das capacidades reflexivas destes estudantes que se preparavam para o ingresso nas Universidades. Assim, como descrito por Gundlach (2012), a psicologia, antes de se tornar uma ciência, com um *corpus* teórico genuíno e consolidado, foi concebida como uma disciplina, cujos objetivos eram tão somente corresponder à função burocrática, a qual, segundo se acreditava, corresponderia aos ideais defendidos pelo projeto reformador visando a construção de uma educação para a construção do homem “livre” e “responsável”. Assim, podemos compreender que a presença da psicologia, tanto nos níveis de ensino médio, quanto posteriormente, nos níveis superiores, fora introduzida de maneira política e ideológica. Contudo, foi a partir dessa sua valorização como disciplina presente nos cursos secundaristas, que se tornou possível pensá-la também como um campo autônomo e científico.

Assim, à medida que a reforma educacional encabeçada por Humboldt se estendia a toda a Alemanha, outras questões decorrentes desta surgiam: devido à crescente necessidade de professores que viriam a atuar nos *Gymnasiums*, surgia igualmente a necessidade de professores acadêmicos, ou seja, professores que ensinassem psicologia nas Universidades, e assim, surgiu, igualmente, a necessidade da institucionalização da psicologia como uma área de estudo, nas universidades alemãs. Contudo, a princípio, não foram criadas cátedras (vagas) nas Faculdades de Filosofia e Artes destinadas à psicologia exclusivamente. Na verdade, foram repartidas as já existentes cátedras destinadas aos professores de filosofia, aos demais professores de psicologia e pedagogia que, aos poucos, começavam a se interessar cada vez mais pelo “novo” campo de atuação. Neste momento, a psicologia era ainda considerada um campo de estudo dentro da filosofia e, salvo algumas exceções, poucos filósofos a encaravam como um campo autônomo a ser desenvolvido. A solução encontrada, neste contexto, foi a de dividir as cátedras já existentes nas faculdades de filosofia em outras cátedras que compunham estes novos saberes a serem ensinados em suas faculdades. Assim, as antigas cátedras de filosofia passaram a ser denominadas cátedras de “filosofia, psicologia e pedagogia” (Gundlach, 2012). Tal medida foi satisfatória naquele momento, em que as faculdades de filosofia passavam por diversas mudanças. Contudo, como veremos, essa “solução” irá acabar por criar uma grande tensão, na primeira e segunda década do século XX, que se manifes-



tará, precisamente, na necessidade de separação entre filosofia e psicologia.

Seguindo as consequências das reformas educacionais promovidas pelos reformistas, com a institucionalização das cátedras de psicologia nas faculdades de filosofia, a psicologia tornava-se também um campo de interesse entre pesquisadores oriundos de outras áreas das ciências, como por exemplo aqueles vindos da física e da fisiologia, que vislumbravam as condições para que seus estudos e interesses encontrassem nessa nova ciência uma nova oportunidade para serem reconhecidos. Muito embora a maioria destes não considerasse o que realizavam especificamente “psicologia”, estes contribuíram significativamente para a fundação do campo da psicologia experimental. Entre alguns exemplos, estão Weber, que era professor de anatomia e fisiologia; Fechner, que era professor de física; Helmholtz, o qual fora professor de fisiologia e de física e o próprio Wundt, que iniciou sua carreira acadêmica como professor na Faculdade de Medicina. Houve ali, pois, interesse em ocupar as novas vagas disponíveis nas faculdades de filosofia por não filósofos, vagas estas que, até aquele presente momento, eram ocupadas apenas por filósofos “puros”, e que tinham feito suas carreiras apenas na Filosofia.

Portanto, à medida que surgia a necessidade da institucionalização da psicologia nas universidades alemãs, decorrente da demanda por professores ginasiais que deveriam lecionar o conteúdo psicológico nos *Gymnasiums*, começou igualmente uma disputa, a princípio velada, pela forma que o campo da psicologia passaria a ser organizado, tanto teórica como institucionalmente. Esse crescimento do interesse pelos estudos dos fenômenos psíquicos, também por “não filósofos”, começou a criar certas dificuldades referentes à ocupação das cátedras, até então destinadas, exclusivamente, a filósofos. É importante notar, porém, que embora estivesse ocorrendo um crescimento no interesse pela campo de estudo da psicologia por aqueles “não-filósofos”, por outro lado, havia pouco ou quase nenhum interesse no estudo da psicologia por parte dos filósofos. Os filósofos que lecionavam a psicologia nas universidades, à época, não faziam mais do que utilizar materiais e manuais que visavam única e exclusivamente preparar os estudantes para a realização dos exames estatais, com o *Abitur*. Havia aí um verdadeiro “vácuo” a ser preenchido por aqueles que ainda pensavam na psicologia como um campo autônomo, ou um campo a ser construído, o que não parecia ser o caso dos filósofos que, como dito, cumpriam apenas uma obrigação “burocrática” decretada pela estrutura governamental da época. Esse cenário começa a mudar quando, para fomentar pesquisas nas universidades alemãs, o Estado começa a incentivar a criação de Institutos especializados junto às estruturas já existentes das faculdades:

As universidades alemãs criaram, no século dezenove, estabelecimentos inovadores que até então não faziam parte das universidades europeias: *laboratórios* e *institutos*. Isso produziu uma enorme explosão nas ciências e disciplinas que conseguiram assegurar o financiamento público de tais instituições. A competição entre os diferentes estados alemães pelas melhores universidades resultou em um rápido avanço desse novo tipo de estabelecimento de pesquisa (Gundlach, 2012, p. 150, grifo nosso).

Foi neste contexto de expansão do financiamento público para pesquisas e do crescente interesse por parte dos pesquisadores de fora da faculdade de filosofia, que surgiu a possibilidade de se criar o primeiro laboratório de psicologia do mundo. Assim, o recém assumido professor da cátedra de “filosofia, psicologia e pedagogia” em Leipzig, para dar continuidade aos seus estudos iniciados nos laboratórios de fisiologia, Wilhelm Wundt, decide fundar o primeiro laboratório de Psicologia de que se tem história, o qual se tornará, posteriormente, no primeiro Instituto de Psicologia do mundo (Araujo, 2010). À criação do Laboratório de Psicologia na Faculdade de Filosofia de Leipzig, logo seguiu-se a fundação do segundo Laboratório de Psicologia do mundo, na mesma universidade, só que na Faculdade de Medicina. Esse fato, por si só, já demonstra como, desde o surgimento da institucionalização da psicologia, já havia uma disputa interna acerca de sobre quais fundamentos deveria ser erigido esse novo “edifício do saber”. O novo campo de pesquisa adotava experimentos com métodos oriundos das ciências práticas, como a fisiologia e óptica, por exemplo, mas buscava evidenciar algumas conclusões de ordem subjetiva e empírica. O crescimento que se deu dentro e fora da Alemanha (nesta época já unificada em um único Estado) dos diversos laboratórios levou a outra cisão, agora dentro da própria faculdade de filosofia. Se antes já havia a divisão das cátedras de Filosofia, em cátedras de “filosofia, psicologia e pedagogia”, com a ascensão destes laboratórios e institutos, a psicologia passou a ser cada vez mais associada às pesquisas experimentais e cada vez menos aos conteúdos ensinados de forma obrigatória nas preleções das faculdades de filosofia.

De repente, tornou-se difícil para os filósofos conseguir uma indicação para aquelas cátedras de filosofia associadas a um tal instituto ou laboratório. Como as maiores universidades alemãs nessa época tinham duas ou até mesmo três cadeiras de filosofia, foi criada uma divisão informal de trabalho, de acordo com o modelo de Leipzig, sendo uma cadeira específica para metafísica e história da filosofia, e outra para psicologia, pedagogia e lógica. Entretanto, essa separação não era oficial, e a principal denominação dessas cadeiras continuou sendo de “filosofia” (Gundlach, 2012, p. 153).

Tal solução em relação a divisão das cátedras entre “metafísica e história da filosofia” de um lado, e “psicologia, pedagogia e lógica” de outro, passou a refletir uma verdadeira cisão entre os filósofos “puros” e os psi-



cólogos. Dessa forma, começavam a ser aceitos para assumir as cátedras de filosofia, até mesmo aqueles pesquisadores que não possuíam nenhum conhecimento filosófico. Contudo, ainda havia muita suspeita sobre estes psicólogos “híbridos” que possuíam alguma formação filosófica, mas que manifestamente não tinham interesses em pesquisas filosóficas - antes, aproveitavam-se das estruturas das faculdades de filosofia, para dar vazão aos seus interesses nos estudos de pesquisa experimental. Foi exatamente neste contexto que surgiu uma situação conflituosa em uma das principais universidades da Alemanha, a Universidade de Marburg, em 1912. Este evento foi o verdadeiro estopim em um barril de pólvora, pronto a explodir diante das tensões crescentes entre filósofos e psicólogos, no início do século XX. A relação deste evento com o proponente da Fenomenologia, Edmund Husserl e qual a relação desta nova escola filosófica e a contenda entre psicólogos e filósofos, será objeto de nossa investigação na próxima seção.

## O Surgimento da Psicologia Experimental, do Psicologismo e a Querela da Cátedra

Enquanto crescia o interesse de pesquisadores não-filósofos na psicologia experimental, não havia nenhum interesse por parte dos filósofos em se aprofundarem nesta atividade. A maioria dos filósofos, durante boa parte do século XIX ou não tinham interesse pela disciplina, ou ainda assistiam de maneira pouco temerosa os avanços da “nova ciência”. Diversos daqueles pesquisadores que viriam a constituir os primeiros Institutos de Psicologia nas universidades alemãs, possuíam uma formação majoritariamente filosófica. São os casos dos acadêmicos com dupla formação (ao menos, uma delas, na filosofia) tais como Wundt, Müller, Külpe, Stumpf e Ebbinghaus. Tal fato, ou seja, a dupla formação, talvez ajude a explicar por que os avanços dos “psicólogos” eram vistos de maneira tão pouco ameaçadora por parte dos filósofos. Na verdade, houve filósofos que viam com bons olhos os avanços da nova ciência psicológica e que até mesmo começaram a pensar a psicologia como uma disciplina propedêutica da própria filosofia, conferindo-lhe tal importância ao ponto de colocarem toda a filosofia como uma espécie de disciplina subordinada. Estes eram conhecidos como “psicologistas”. O psicologismo possuía diversos adeptos entre os mais proeminentes filósofos da época, que acreditavam que os avanços da ciência psicológica poderiam ajudar a explicar a fundação da filosofia, incluindo aí, a fundação da própria lógica. Para estes, a lógica, um dos principais ramos da filosofia, era mera “física do pensamento” (Lipps, 1880, p. 530), e suas leis poderiam ser descritas através de generalizações empíricas da razão humana. Neste sentido, a psicologia se colocava como uma ciência capaz de explicar, fundamentar e subordinar a ela a própria lógica e, por consequência, toda a filosofia. Este era o ideal psicologista que animava estes filósofos que viam na nova ciência psicológica a possibilidade da superação da metafísica.

Os psicologistas, que defendiam que os diversos temas filosóficos, como a lógica ou a metafísica, poderiam ser compreendidos e analisados sob o ponto de vista psicológico, cresciam como uma forte corrente dentro da própria filosofia, e ganharam diversos adeptos, como Franz Brentano, Hermann Ebbinghaus, Theodor Lipps e, durante algum tempo, o próprio Edmund Husserl. Esta conexão nos é particularmente importante, já que é no contexto do crescimento da psicologia que o interesse pelo psicologismo também cresce no meio filosófico. Como demonstraremos a seguir, a própria mudança filosófica frente ao psicologismo, ocorrida no início da carreira acadêmica de Husserl, reflete uma mudança não apenas em relação às bases psicologistas da filosofia, mas também à defesa de um interesse pessoal e coletivo, que buscava evitar que a filosofia fosse “engolidas” ou mesmo substituída pela psicologia experimental nascente ao final do século XIX. Portanto, nossa ideia central é esta, a de que há conexões históricas e filosóficas suficientes para sustentar a tese de que a fenomenologia se constituiu, ao menos na origem, como uma resposta filosoficamente robusta frente à ameaça que a psicologia experimental oferecia a própria existência da filosofia – institucional e teoricamente.

Assim, a crítica ao psicologismo, tão bem estabelecida por Husserl em suas *Investigações Lógicas*, e sobremaneira nos *Prolegômenos* (o primeiro volume das *Investigações Lógicas*), pode-nos dizer não apenas sobre seu posicionamento teórico, mas sobre seu posicionamento “político” e acadêmico frente ao avanço das tomadas de cátedras antes destinadas aos filósofos de maneira exclusiva, que foram, pouco a pouco, sendo “repartidas” aos novos psicólogos experimentais. Um movimento de negação a esta ocupação surgiu tanto filosoficamente quanto institucionalmente nas primeiras décadas do século XX. Neste contexto, propomos descrever o surgimento da Fenomenologia como uma resposta teórica e filosófica à própria tentativa de imposição da psicologia experimental, atacando-lhe os limites e excessos, ao mesmo tempo em que também buscou demarcar as “fronteiras” entre ambas, muito embora tal relação, entre a psicologia e fenomenologia, jamais tenha deixado de existir (Martin, 2020).

Kusch (1995) irá ressaltar que este “papel híbrido”, desempenhado pelos primeiros psicólogos com formação filosófica, irá revelar e evidenciar a difícil tarefa de emancipação da psicologia – enquanto uma pretensa ciência naturalista – das suas origens filosóficas, ao mesmo tempo em que estes buscavam se aproveitar de uma oportunidade gerada pelo interesse neste novo campo de estudo.

Um novo campo científico passou a existir apenas uma vez que um novo ‘papel profissional’ foi criado. No caso da psicologia, o novo papel resultou de um ‘papel híbrido’: os fundadores da nova psicologia fundaram eles mesmos uma situação em que, de um lado, a fisiologia se aproveitou da posição mais ele-



vada que a filosofia e, do outro, onde as condições de competição era melhores na filosofia do que na fisiologia (Kusch, 1995, p. 125, tradução nossa).

Desta forma, foram criados os diversos Institutos de Psicologia por parte dos primeiros psicólogos, dentro das faculdades de filosofia, mas com uma forte característica experimental, fisiológica e, principalmente, psicologista. Em outras palavras, a psicologia que nascia, não apenas pretendia se tornar uma ciência autônoma, mas também, uma substituta à filosofia, em suas versões mais radicais, ou quando menos, uma fundamentação experimental de toda e qualquer forma de pensamento, tendo como objetivo subordinar a filosofia à psicologia. A partir da institucionalização da psicologia, realizada através da criação do Instituto de Psicologia e do Laboratório de Psicologia em Leipzig, e depois o mesmo nas universidades de Berlim, Göttingen e Würzburg (Araujo, 2009), houve um crescente sucesso da psicologia experimental, dentro do ambiente universitário e fora dele. Este crescimento aumentou a disputa pelas cátedras de filosofia e foi tida, por parte de diversos filósofos, como um ataque à própria filosofia. A Psicologia, enquanto uma disciplina autônoma e experimental ganhava proeminência e interesse das autoridades educacionais do governo alemão, sem que, contudo, houvesse o interesse da separação institucional das disciplinas de filosofia e psicologia por parte destes agentes. Há de se supor uma “negligência proposital” por parte das autoridades educacionais alemãs ao não diferenciar as cátedras entre as duas disciplinas, o que levou estas a serem disputadas por diferentes professores, das duas áreas.

Contudo, para fazer frente a estes avanços dos psicólogos experimentais, e em oposição à ideia de uma naturalização da psicologia, insurgiram-se aqueles filósofos, também conhecidos como “filósofos puros”, que se organizaram – teórica e politicamente – contra as tentativas de colocarem a psicologia sob a égide das ciências naturais. Tal organização institucional entre os filósofos alemães foi original e, até certo modo, inusitada, uma vez que eram raras tais manifestações conjuntas por parte dos acadêmicos da época.

O estabelecimento de laboratórios e institutos de psicologia certamente impulsionou a ciência psicológica, mas gerou também graves tensões na disciplina, em que uma ruptura entre professores e acadêmicos, de outro, acabou produzindo comoção e até mesmo novos fenômenos sociais – como, por exemplo, professores de filosofia participando de uma ação coletiva (Gundlach, 2012, p. 155).

Tais filósofos buscavam reconquistar seu valor e sua importância, a qual haviam conseguido reestabelecer, a duras penas, apenas após as reformas educacionais, anteriormente citadas. Dividir este espaço com uma nova disciplina que, embora fosse promissora, não tinha a criação de cátedras (vagas acadêmicas) próprias, mas concorrentes com as cátedras em filosofia, fazia com que fosse necessária uma organização teórica e institucional para fazer frente a esse avanço da “nova” psicologia. Curioso é notar que tal insatisfação já tinha se dado desde a fundação do primeiro laboratório e instituto de Psicologia, em Leipzig, por Wundt, em 1879. Sobre esses diversos filósofos insatisfeitos escreveu Kusch:

Embora esses críticos [os filósofos] diferissem amplamente em suas próprias posições filosóficas, eles tinham uma crença central em comum: todos consideravam prejudicial à filosofia e ao seu progresso que a psicologia experimental fosse considerada parte integrante da filosofia. Em outras palavras, eles acreditavam que o papel do filósofo, conforme sugerido pelo sucesso acadêmico da psicologia experimental, precisava ser purificado, ou seja, esses ‘filósofos puros’ argumentavam que o papel do filósofo e o papel do psicólogo científico deveriam ser separados um do outro e mantidos separados” (1995, 157, tradução nossa).

Foi assim que, com a reunião destes diversos filósofos, e em especial daqueles que protagonizaram o movimento contra a psicologia experimental enquanto parte integrante da filosofia, surgiram diversas oposições, fossem aquelas feitas de maneira institucional, fossem de maneira teórica. Aqui nos interessa, exatamente esta relação intrínseca entre os fatos ocorridos nas universidades alemãs, ou seja, a crescente tomada das cátedras em filosofia por parte dos psicólogos experimentais, e as reações filosóficas; em especial, a fundação da Fenomenologia, que trouxe, desde sua concepção, uma forte marca antipsicologista.

Conforme Kusch (1995), diversos filósofos se incomodaram com as seguidas tomadas de cátedras por psicólogos experimentais, contudo alguns se destacaram por sua produção enfática contra o crescimento dessas, entre eles: Dilthey, Rickert, Windelband e o próprio Husserl. Sobre Dilthey é digno de nota que boa parte de seu trabalho foi uma tentativa de criticar a psicologia que ele denominava “explicativa” – associada à psicologia experimental – ao mesmo tempo em que ele indicava a vantajosa possibilidade de uma psicologia descritiva e analítica. Após escrever seu famoso artigo denominado “Ideias sobre uma psicologia descritiva e analítica” (Dilthey, 2008), o autor entregou diversas cópias deste manuscrito a outros filósofos. Entre as reações, destacamos uma carta a Dilthey do filósofo Alois Riehl, que consideramos ilustrar bem a insatisfação dos ditos “filósofos puros” ao crescimento da psicologia experimental:



Não é apenas minha opinião, mas a opinião de muitos e bem respeitados colegas - e de fato, dado seu julgamento crítico adequado sobre a importância dos experimentos psicológicos, certamente é sua própria opinião também - que os interesses de nossa ciência [ou seja, filosofia] são severamente danificados pelo fato de que uma cadeira filosófica após a outra é entregue aos psicofísicos. É nosso dever neutralizar essa condição e sua propagação. E é isso que pretendo fazer com todos os meus poderes. Seria correto estabelecer cadeiras separadas para psicofísica; mas é injusto contra os representantes da filosofia que o sistema atual deva continuar - um sistema que levou a uma situação em que alguns titulares de cadeiras filosóficas de primeira classe degradam a filosofia na frente de um público que é incapaz de julgar por si mesmo. Eu sei disso por experiência própria (Lessing, 1985, p. 163, tradução nossa).

É possível, pois, compreender o envolvimento de Dilthey na empreitada contra o crescimento da psicologia experimental, tanto teórica quanto institucionalmente. Contudo, Dilthey não chegou a participar do ápice dessa disputa, que foi a assinatura do manifesto dos filósofos contra a psicologia experimental de 1913 - cujo estopim fora a nomeação para a cátedra da Universidade de Marburg - pois ele faleceu anos antes, em 1911. A presença da filosofia de Dilthey e seu empenho contra a tentativa de naturalização da psicologia foi sentida à época e, como o próprio Husserl reconhecerá anos mais tarde, foi fundamental para a evolução da própria Psicologia Fenomenológica.

Antes da conhecida manifestação em forma de declaração, o contexto em que se deu o desencadeamento deste, foi a já citada “querela” envolvendo a nomeação de um psicólogo experimental para a cátedra de filosofia na Universidade de Marburg, na Alemanha. Curioso é verificar que, inicialmente, a proposta da universidade era criar uma outra cátedra, para que não houvesse uma contenda entre os campos de pesquisa. Contudo, o Ministério da Educação repetidamente rejeitou tal proposta, alegando que a “nova cátedra se destinava mais à filosofia histórica e sistemática do que à psicologia” (Kusch, 1995, p. 186, tradução nossa). Chegou-se ao cume desta disputa, em 1912, com a nomeação de Erich Jaensch, psicólogo experimental, para substituir a cátedra de filosofia da Universidade de Marburg, antes ocupada por Hermann Cohen, de formação filosófica (Araujo, 2013). Assim, após alguns anos de insistência e após a aposentadoria definitiva do então ocupante, o psicólogo experimental Erich Jaensch assume a cátedra do filósofo Cohen. Houve protestos estudantis, mas sem muita repercussão. É digno de nota a manifestação do filósofo Paul Natorp, feita em forma de artigo ao jornal *Frankfurter Zeitung*, no qual ele coloca de maneira “enigmática” que a escolha pelo psicólogo teria motivações políticas (Kusch, 1995, p. 187). A partir de então, Natorp, Husserl, Rickert, Windelband, Alois Riehl e Rudolf Eucken, passaram a coletar assinaturas para seu manifesto, enviando sua declaração a diversas universidades de língua alemã, tanto na Alemanha, quanto na Áustria e na Suíça. Tais filósofos seguiram uma sugestão do próprio Husserl, a de que era necessário criar uma espécie de “sindicato dos filósofos”. É possível, pois, notar que a participação de Husserl não foi apenas marginal, mas fundamental para a concretização do manifesto, bem como toda a sua necessária organização.

Esta ação coletiva teve como resultado, no ano seguinte, em 1913, a publicação do conhecido manifesto (Araujo, 2013) que teve como signatários diversos filósofos, totalizando 106 assinaturas, entre elas, a do próprio Husserl. Alguns dos trechos deste manifesto nos ajudam a compreender não apenas o cenário acadêmico e a preocupação de parte dos filósofos em ver a filosofia acabando relegada a discussões metafísicas, como se lê neste trecho do referido manifesto (citado em Araujo, 2013):

O campo de trabalho da psicologia experimental tem se expandido de tal forma com o avanço altamente gratificante desta ciência, que ela há muito tempo é reconhecida como uma disciplina autônoma, cujo exercício demanda toda a energia de um pesquisador. Entretanto, não foram criadas para ela cadeiras independentes. Ao invés disso, cadeiras de filosofia têm sido repetidamente ocupadas por homens, cuja atividade é dedicada em grande parte ou exclusivamente à investigação experimental da vida mental. Na verdade, isso é compreensível quando se olha retrospectivamente para o início desta ciência, e era também provavelmente inevitável que ambas as disciplinas fossem representadas ao mesmo tempo por um único pesquisador. O desenvolvimento progressivo da psicologia experimental, contudo, gerou desconforto para todos os envolvidos. Sobretudo à filosofia, pela qual o interesse dos jovens estudantes está constantemente crescendo, é causado um dano sensível através da retirada das cadeiras a ela dedicadas. (...)

Dito tudo isso, os signatários consideram como sua obrigação apontar para as faculdades de filosofia e também para as autoridades educacionais as desvantagens decorrentes dessa situação para o estudo da filosofia e da psicologia. Em nome do interesse comum de ambas as ciências, deve-se atentar cuidadosamente para que a filosofia preserve seu lugar na vida acadêmica. Assim, a psicologia experimental deveria ser futuramente auxiliada apenas através da criação de cadeiras próprias; e em todos os lugares onde as velhas cadeiras de filosofia foram ocupadas por representantes da psicologia experimental, deve-se providenciar a criação de novas cadeiras filosóficas. (Araujo, 2013, p. 304)

Como se pode compreender, há um misto de preocupações em relação tanto à própria “sobrevivência” da filosofia, enquanto a um campo de estudo e de pesquisas autônomo, mas também uma preocupação em relação ao crescimento da psicologia por sobre as vagas destinadas aos filósofos. Assim, nas entrelinhas do manifesto, e



diante dos diversos filósofos que já haviam escrito contra o psicologismo, como Husserl, Dilthey, Frege, etc, estava lançada uma batalha não apenas institucional, mas também que possuía seus desdobramentos no campo teórico.

A luta teórica em questão, travada principalmente entre filósofos e os psicólogos experimentais, mas que possuíam também defensores entre os filósofos empiristas, trazia à tona a questão da possibilidade ou não da fundação de uma ciência do psíquico. Como a psicologia buscava, nesse momento histórico, a fundamentação de sua ciência, através da realização de experimentos, tanto de ordem “física” quanto “fisiológica”, sem uma devida preocupação com a construção teórica e epistemológica, tal “inversão” na ordem da fundamentação teórica da nova ciência comprometeu uma maior clareza da Psicologia, principalmente no que concernia a sua independência do campo filosófico. Os psicólogos experimentais, ao buscarem a fundamentar a psicologia a partir de um ponto de vista materialista e fisiológico; abriam então espaço para que contendidas de ordem teórica, lógica, epistemológicas e metodológicas ocorressem. Ao tentarem fundamentar teoricamente a Psicologia, os psicólogos experimentais atraíram críticas de filósofos que viam nesse movimento uma ameaça à Filosofia. O embate concentrava-se no ‘psicologismo’ — a tentativa de explicar a lógica por meio do empirismo psicológico —, o que levava esses estudiosos a reduzirem a filosofia a um mero fenômeno psíquico.

Digno de nota, contudo, foi a reação de Wundt à declaração dos “filósofos puros”, dado que, já com mais de 80 anos, defendia a permanência da psicologia junto à filosofia. Ele se manifestou, abertamente, contra uma psicologia totalmente experimental e desprovida de fundamentação filosófica sólida. Era contrário, igualmente, às tentativas de inserção da psicologia em outras faculdades que não na filosofia, como, por exemplo, nas tentativas de colocar de maneira mais próxima as disciplinas da medicina com a psicologia. Publicou então um artigo no qual expôs estes e outros argumentos, na tentativa de salvar o casamento entre a filosofia e a psicologia. Na opinião de Wundt, “a psicologia era ‘tanto uma parte da ciência da filosofia quanto uma *Geisteswissenschaft* empírica; e seu valor para a filosofia e as ciências empíricas especiais reside em ser o principal negociador entre elas” (Wundt, 1913).

Passaria a ocorrer então, como decorrência daquela “batalha das cátedras”, e em paralelo a ela, outra batalha de cunho teórico, e que, conforme defendemos, será o que motivará Husserl a dar início ao seu projeto filosófico, nominalmente, a Fenomenologia. A participação de Husserl de maneira alguma pode ser compreendida apenas como um caso isolado ou uma ação à qual tenha sido levado de maneira descomprometida. Ao contrário, é possível supor a íntima relação entre a filosofia de Husserl, sua Fenomenologia, a crítica ao psicologismo e o próprio surgimento da psicologia enquanto ciência. A proeminência assumida pelo filósofo neste episódio, apenas reforça nossa argumentação de que, não apenas Husserl era contrário à edificação de uma psicologia naturalista, mas que também, como ele próprio buscou defender, era favorável à criação de uma teoria sólida capaz de fundamentar outro modelo de ciência, no qual haveria um destaque significativo para a própria psicologia. Tal psicologia, por sua vez, seria erguida e desenvolvida sob os auspícios de sua nascente fenomenologia.

## Considerações Finais

O presente artigo buscou examinar, sob uma perspectiva histórica e epistemológica, as relações constitutivas entre o surgimento da Psicologia como ciência autônoma e a emergência da Fenomenologia husserliana, evidenciando que tais processos não ocorreram de maneira isolada, mas em profunda interdependência institucional, teórica e filosófica. Ao longo do texto, demonstrou-se que a gênese da Psicologia moderna esteve diretamente vinculada às reformas educacionais alemãs do século XIX, especialmente ao ideal humboldtiano de *Bildung* e à reorganização das universidades, que favoreceram tanto a institucionalização do ensino psicológico quanto o desenvolvimento de práticas experimentais. Nesse cenário, a Psicologia passou gradativamente de disciplina propedêutica da filosofia para campo científico em busca de autonomia, processo que culminou na criação de laboratórios e institutos especializados e na intensificação de disputas acadêmicas por espaços institucionais e epistemológicos.

Em consonância com os objetivos citados inicialmente — investigar as conexões entre o surgimento da Psicologia e da Fenomenologia, analisar o contexto de proximidade e disputa entre filósofos e psicólogos e compreender as motivações subjacentes ao desenvolvimento da Fenomenologia como resposta crítica ao psicologismo — o artigo buscou evidenciar que a emergência fenomenológica não pode ser compreendida apenas como movimento teórico abstrato. Ao contrário, a Fenomenologia surgiu também como reação concreta às tensões acadêmicas e às transformações institucionais provocadas pela ascensão da Psicologia experimental, sobretudo no contexto das universidades alemãs e das disputas por cátedras e legitimidade científica.

A análise histórica permitiu identificar que a crítica husserliana ao psicologismo representou não apenas um posicionamento filosófico acerca dos fundamentos da lógica e do conhecimento, mas também uma tentativa de redefinir os limites e as possibilidades da relação entre filosofia e psicologia. Nesse sentido, a Fenomenologia pode ser compreendida como uma proposta mediadora que, ao mesmo tempo em que recusava a naturalização da consciência e a redução da filosofia a fenômeno empírico, mantinha aberto um espaço de diálogo com a investigação psicológica, especialmente em sua vertente descritiva e, em especial, a partir do desenvolvimento da Psicologia Fenomenológica de Husserl.

Apesar das contribuições apresentadas, este estudo possui limitações, entre as quais destacamos, em pri-



meio lugar, a concentração, majoritariamente no contexto acadêmico alemão e em um recorte histórico específico — a transição dos séculos XIX para o XX — o que restringe a compreensão de desenvolvimentos posteriores da relação entre Fenomenologia e Psicologia em outros países e tradições teóricas. Em segundo lugar, a ênfase nas disputas institucionais e epistemológicas não trouxe a atenção às discussões mais atuais, em relação às aplicações clínicas, metodológicas e contemporâneas da psicologia fenomenológica. Por fim, a análise privilegiou autores e eventos centrais, podendo ter deixado em segundo plano contribuições periféricas ou menos documentadas.

Diante disso, pesquisas futuras podem aprofundar três direções principais: (a) investigações comparativas entre diferentes tradições nacionais que dialogam com a fenomenologia e a psicologia ao longo do século XX; (b) estudos sobre os desdobramentos das relações epistemológicas entre a psicologia fenomenológica em contextos clínicos, educacionais e sociais; e (c) análises epistemológicas mais amplas sobre os impactos atuais da separação — ou reaproximação — entre filosofia e psicologia nas práticas científicas contemporâneas. Tais caminhos, acreditamos, poderão contribuir enormemente, para a ampliação e a compreensão da relação histórica entre essas disciplinas, evidenciando não apenas suas tensões originárias, mas também a relação umbilical entre a Fenomenologia de Edmund Husserl e surgimento da Psicologia enquanto ciência, e o potencial ainda inexplorado entre a fundação epistemológica que este filósofo pode prestar à ciência do psíquico.

## Referências

- Araujo, S. F. (2013). O Manifesto dos filósofos alemães contra a psicologia experimental: introdução, tradução e comentários. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 13(1). <https://doi.org/10.12957/epp.2013.7937>.
- Araujo, S. F. (2009). Wilhelm Wundt e a fundação do primeiro centro internacional de formação de psicólogos. *Temas em Psicologia*, 17(1), 09-14.
- Bell, M. (2005). *The German Tradition of Psychology in Literature and Thought, 1700–1840*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Bello, A. A. (2019). *O sentido das coisas: por um realismo fenomenológico*. Trad.: José J. Queiroz. São Paulo: Ed. Paulus.
- Dilthey, W. (2008). *Ideias acerca de uma psicologia descritiva e analítica*. Covilhã: Lusosofia Press.
- Ebbinghaus, H. (1908). Psychologie. In: P. Hinneberg (ed.) *Systematische Philosophie* (p. 173-247). Berlin: B. G. Teubner (Die Kultur der Gegenwart, Teil I, Abt. VI).
- Feest, U. (2012). Husserl's Crisis as a crisis of psychology. *Studies in History and Philosophy of Biological and Biomedical Sciences*, v. 43, n. 2, p. 493–503.
- Frege, G. (1972). Review of Dr. E. Husserl's Philosophy of Arithmetic. Translated by E. W. Kluge. *Mind*. (New Series). Vol. 81, n° 323, p. 321-337
- Gundlach, H. (2012). A Psicologia como ciência e como disciplina: o caso da Alemanha. In: de Freitas Araújo, S. (Ed. e Trad.) *História e filosofia da psicologia: perspectivas contemporâneas*. Editora da UFJF.
- Gundlach, H. (2006). Psychology as science and as disciplina: the case of Germany. *Physis Revista Internazionale Di Storia Della Scienza*, 43(1-2), 61–89.
- Hatfield, G (1994). *Psychology as a natural science in the eighteenth century*. *Revue de Synthèse*, 115, 375-391).
- Husserl, E. (1977). *Phenomenological Psychology: Lectures, Summer Semester 1925* (John Scanlon, trad.). Den Haag: Martinus Nijhof.
- Husserl, E. (2014). *Investigações Lógicas. Primeiro Volume: Prolegômenos à Lógica Pura*. Trad.: Diogo Ferrer. (De acordo com o texto da Husserliana XVIII). Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária.
- Husserl, E. (2015). *Investigações Lógicas para a Fenomenologia e a Teoria do Conhecimento*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Kant, I. (2008) Der Streit der Fakultäten (SF, AA 07). Trad. de Artur Morão. *O conflito das faculdades*. Covilhã: Lusosofia Press (Originalmente publicado em 1798).
- Kitchen, M. (2013). *História da Alemanha moderna de 1800 aos dias de hoje* (C. G. Duarte (trad.); 1ª Ed. São Paulo: Editora Cultrix.



- Kusch, M. (1995). Psychologism: A Case Study in the Sociology of Philosophical Knowledge. In: *Philosophy and Phenomenological Research* (Vol. 57, Número 4). Rout. <https://doi.org/10.2307/2953815>
- Lessing, H.-U. (1985). 'Briefe an Dilthey anlässlich der Veröffentlichung seiner 'Ideen über eine beschreibende und zergliedernde Psychologie'', *Dilthey-Jahrbuch für Philosophie und Geschichte der Geisteswissenschaften*, 3: 193-232.
- Lipps, T. (1880), 'Die Aufgabe der Erkenntnistheorie und die Wundt'sche Logik I', *Philosophische Monatshefte*, 16:529-39.
- Neigebaur, J. F. (1835). *Die Preussische Gymnasien und höheren Bürgerschulen. Eine Zusammenstellung der Verordnungen, welche den höheren Unterricht in diesen Anstalten umfassen*. Berlin: Ernst Siegfried Mittler.
- Östling J. (2020). *Humboldt's University: The History and Topically of a German Tradition*. In: Engwall, L. (Ed.) *Missions of Universities: Past, Present, Future*. Springer International Publishing AG, 2020. Higher Education Dynamics Ser, v. 55.
- Martín, J. S. *La relación de la fenomenología y la psicología como un motor de la fenomenología trascendental*. *Phenomenology, Humanities and Sciences*, v. 1, p. 219-231, 2020.
- Shaffer, E. S. *Romantic Philosophy and the organization of the disciplines: the founding of the Humboldt University of Berlin*. In: Cunningham, A.; Tardine, N. (ed.). *Romanticism and the Sciences*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. p. 38-54.
- Steiner, L. (2015). Education. In M. N. Forster & K. Gjesdal (Orgs.), *The Oxford Handbook of Germany Philosophy in the Nineteenth Century* (1st ed). Oxford University Press.
- Wolff, C. (1734). *Psychologia rationalis methodo scientifica pertracta, qua ea, quae de anima humana indubia experientiae fide innotescunt, per essentiam et naturam animae explicantur, et ad intimiorem naturae eiusque autoris cognitionem profutura proponuntur*. Frankfurt e Leipzig: Libraria Rengeriana.
- Wolff, C. (1732). *Psychologia empirica methodo scientifica pertractata, qua ea, quae de anima humana indubia experientiae fide constant, continentur et ad solidam universae philosophiae practicae ac theologiae naturalis tractationem via sternitur*. Frankfurt e Leipzig: Libraria Rengeriana.
- Wundt, W. (1913). *Die Psychologie im Kampf ums Dasein*, Engelmann, Leipzig.

Recebido em 12.11.2025 – Aceito em 15.02.2026